em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Determinou-se, ainda, que o GESFLORA análise sobre a necessidade de pagamento da reposição florestal, notificando o infrator.
Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 968895

NOTIFICAÇÃO Nº. : 87152/CONJUR/2016
À

J. BATISTA TEIXEIRA e CIA LTDA EPP
End: ROD. TRANSCAMETA, S/N, KM 06, BAIRRO INDUSTRIAL.
CEP: 68457-200 Tucuruí - PA

Pelo presente instrumento, fica **J. BATISTA TEIXEIRA & CIA LTDA, CNPJ Nº 07.453.117/0001-70**, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Nº32754/2014, no qual foi lavrado o Auto de Infração Nº7001/07289/2014/GEFLOR, em face de ter em depósito (223,17m³) de madeira nativa em toras, sendo: de espécies diversas, sem autorização do órgão ambiental competente, visto que tal volumetria está excedente no pátio da empresa, em consonância com o Parecer Jurídico Nº14039/2015, nos termos que dispõe o art. 47, § 1º do Decreto Federal 6.514/2008, praticando as condutas discriminadas no art. 118, inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o art. 70 da Lei 9.605/1998, aplicou a penalidade de **MULTA SIMPLES**, no valor de **7.501 UPF's**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119 II; 120, II; 122, II, todos da Lei Instituidora da Política do Meio Ambiente.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer **redução de 20% (vinte por cento)**, caso seja efetivado o pagamento no prazo de **5 (cinco)** dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no **acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia**, calculando cumulativamente sobre o valor do débito e sua **imediata inscrição em Dívida Ativa**, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de **parcelamento da multa** imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Determinou-se, ainda, que o GESFLORA análise sobre a necessidade de pagamento da reposição florestal, notificando o infrator.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 968907

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 00947/2016-DGAF/GAB/SEMAS BELÉM, 01 DE JUNHO DE 2016.

A Diretora de Gestão Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições conferidas em lei;
CONSIDERANDO o disposto no Parágrafo Único do Art. 86, da Lei nº. 5810, de 24.01.1994;
CONSIDERANDO o Laudo Médico nº 178692A/1;
RESOLVE:

I - Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Assistência concedida através da PORTARIA Nº 674/2016-DGAF/GAB/SEMAS DE 12/04/2016 à servidora MONICA LIMA PESSOA, matrícula 57198247/1, ocupante do cargo de Agente de Portaria, lotada na Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira, no período de 03/04/2016 a 01/06/2016.

II - **Determinar** à Coordenadoria de Gestão de Pessoal - CGP, que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAQUEL SEABRA SIMOES DE OLIVEIRA

Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo 968564

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na publicação da INSTRUÇÃO NORMATIVA, que estabelece os parâmetros do regime econômico-financeiro dos editais e dos contratos de concessão florestal estadual, define o potencial volumétrico de referência, regulamenta os procedimentos para a cobrança dos preços dos produtos florestais, define

procedimentos para unificação de preços de contratos em andamento e dá outras providências, realizada no dia 02 de junho de 2016, DOE nº 33139, às págs. 25,
ONDE SE LÊ:
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 01 DE JUNHO DE 2016.
LEIA-SE:
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 01 DE JUNHO DE 2016.
THIAGO VALENTE NOVAES
PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

Protocolo 968503

Errata de Portaria nº 331 de 01/06/2016 publicada no DOE nº33139 de 02/06/2016, referente à diárias de Servidores.

Onde se lê: Período de 06 a 10/06/2016

Leia - se: Período de 05 a 10/06/2016

Ordenador: Thiago Valente Novaes

Protocolo 968997

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
NÚMERO: 10/2016

Objeto: A presente licitação terá como objeto a Aquisição AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE CARGA DO TIPO CAMINHONETE, para uso do IDEFLOR-Bio na Gestão da Unidade de Conservação "Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia", conforme especificação no anexo I do Edital.

Entrega do Edital: 03/06/2016

Responsável pelo certame: HILDA ELIZABETH SOUTO DE VASCONCELOS OLIVEIRA

Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br

Data da Abertura: 16/06/2016

Hora da Abertura: 09:00

Ordenador: Thiago Valente Novaes

Protocolo 968829

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 334 DE 02 DE JUNHO DE 2016

Prazo para aplicação (em dias) 60 (sessenta) dias
Prazo para prestação de contas (em dias) 15 (quinze) dias
Servidor - matrícula - Cargo:
Estevam Jorge Cavalcante Coqueiro - 57230920 - Gerente
PTRES: 796784

Fonte: 0661

Elemento: 339036R\$4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Ação: 216466

Ordenador: Thiago Valente Novaes

Protocolo 968872

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 335 DE 02 DE MAIO DE 2016

Objetivo: Realizar ações de Educação Ambiental na Escola de Fortalezinha e a qualificação dos serviços turísticos, na Área de Proteção ambiental de Algodual

Fundamento legal: conforme o processo nº. 2016/204768 e o Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

Origem: Belém-Pa

Destino: Algodual-Maiandeuá-Maracanã-Pa

Período: 08 a 18/06/2016 - 10,5 (dez e meia) Diárias

Servidor:

8001342 - Tanice da Silva Aguiar - Gerente

5924520 - Ellen Thais da Silva Azevedo - Técnica em Gestão Ambiental

Ordenador: Thiago Valente Novaes

Protocolo 968972

PORTARIA Nº. 336 DE 02 DE MAIO DE 2016

Objetivo: Conduzir Veículo para transporte de servidores em atividade Institucional, no referido município.

Fundamento legal: conforme o processo nº. 2016/204779 e o Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

Origem: Belém-Pa

Destino: Algodual-Maiandeuá-Maracanã-Pa

Período: 08 a 18/06/2016 - 10,5 (dez e meia) Diárias

Servidor:

5914603 - João Batista de Souza Siqueira - Motorista

Ordenador: Thiago Valente Novaes

Protocolo 968983

OUTRAS MATÉRIAS

SUSPENSÃO CONTRATUAL

FLORESTA ESTADUAL DO PARÁ - UMF VII

Considerando os termos do Parecer Jurídico nº. 174, de 16 de maio de 2016, encartado nos autos do Processo Administrativo nº. 2016/127849, fica suspenso o Contrato de Concessão Florestal - UMF VII da Floresta Estadual do Paru, firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio e BRUMARI TRANSPORTES E SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº

12.023.788/0001-30, por 120 (cento e vinte) dias a contar de 02/06/2016, prazo onde deverão ser sanadas todas as pendências contratuais, conforme decisão desta Presidência que acatou o Parecer citado anteriormente.

Caso não haja saneamento de todas as inconformidades dentro do prazo concedido a concessionária incorrerá em hipótese de rescisão contratual, conforme cláusula Cláusula 20, Subcláusula 20.2 do contrato de concessão florestal da UMF VII da Floresta Estadual do Paru.

Ressalta-se que embora a suspensão contratual tenha o efeito de sobrestar o cumprimento das obrigações contratuais, a concessionária permanecerá obrigada a manter a integridade da área concedida, com o resguardo de seu perímetro total, inclusive a área de reserva absoluta, evitando por sua conta e integral responsabilidade a entrada/ação/ocupação de pessoas não autorizadas. Caso algum dano seja detectado na área durante a suspensão contratual, a concessionária responderá pelos prejuízos causados. Trata-se de obrigação legal estabelecida no caput do art. 27 da Lei Federal nº 11.284/2006. Ademais, permanecerá para a concessionária a obrigação legal de cumprir os deveres elencados no art. 31 da mesma Lei, naquilo que for compatível com a suspensão contratual.

Belém/PA, 02 de junho de 2016.

Thiago Valente Novaes

Diretor-geral.

Protocolo 968509

NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES

DIÁRIA

PORTARIA Nº 30/2016 - NEPMV

O Diretor Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 145 da Lei Estadual nº 5.810/1994 e do Decreto nº 734/1992 e suas posteriores alterações,

RESOLVE:

CONCEDER 0,5 (meia) diária ao servidor **Benedito de Souza Rodrigues**, Motorista do PMV, portador da matrícula funcional nº 3212181/1, com objetivo de conduzir servidora para participar de ação inerente ao Projeto Fundo Amazônia, no município de Igarapé Miri/Pa, no dia 02/06/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Belém, 02 de junho de 2016.

ARMINDO FELIPE ZAGALO NETO

**Diretor Geral do Núcleo Executor do
Programa Municípios Verdes - NEPMV**

Protocolo 968595

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 832/2016-SAGA/SEGUP BELÉM, 01 DE JUNHO DE 2016

O **Secretario Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, no uso de suas atribuições legais.**

CONSIDERANDO: O art. 98 cc a linha a do inciso I do art. 99 da Lei 5.810/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.

CONSIDERANDO: O Memorando nº 032/2016-Convênio/SEGUP constante no Processo nº 2016/215157, de 30 de maio de 2016.

RESOLVE: Conceder a servidora **ROSANE MARIA LEITÃO NEIVA**, MF. nº 303925/1, Coordenadora de Contrato e Convênio 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio de 2011/2014, no período de 04 de julho a 02 de agosto de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR Secretario Adjunto de Gestão Administrativa/SEGUP

Protocolo 968893